

## RESUMO

O presente artigo objetiva analisar sistematicamente a temática trabalho infanto-juvenil no Brasil. Para atingir o objetivo foi realizada pesquisa bibliométrica nas principais bases de dados brasileiras: Scielo, Spell e o portal periódico Capes. Foram coletados 70 artigos dos quais 31 foram selecionados para análise e criação de um banco de dados. O período de análise foram os cinco últimos anos, de 2014 a 2019, com o intuito de revelar o estado da arte do tema e as características metodológicas da literatura empírica. Os resultados indicam o perfil metodológico e as principais políticas públicas estudadas, com destaque para o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, é também proposta uma agenda de pesquisa para estudos futuros sobre o tema.

**Palavras-chave:** Bibliometria. Trabalho infantil. Cientometria.

## ABSTRACT

This article aims to systematically analyse the theme of child and youth labour in Brazil. In order to achieve the objective, bibliometric research was conducted in the main Brazilian databases: Scielo, Spell and the Capes periodical portal. A total of 70 articles were collected, of which 31 were selected for analysis and creation of a database. The analysis period was the last five years, from 2014 to 2019, in order to reveal the state of the art of the subject and the methodological characteristics of the empirical literature. The results indicate the methodological profile and the main public policies studied, especially PETI, the Programme for the Eradication of Child Labour, is also proposed as a research agenda for future studies on the topic.

**Keywords:** Bibliometry. Child labour. Scientometrics.

---

<sup>1</sup> Artigo resultado de projeto de iniciação científica PIBIC, aprovado pelo comitê científico do Instituto Federal Goiano Campus Ceres, Estado de Goiás <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/iniciacao-cientifica.html>.

<sup>2</sup> Instituto Federal Goiano-Campus Ceres

<sup>3</sup> Tribunal de Justiça de Goiás. <http://orcid.org/0000-0002-0901-0550>

<sup>4</sup> Instituto Federal Goiano-Campus Ceres.

O Trabalho Infantil é um fenômeno global com maior incidência nos países em desenvolvimento, entretanto, sua ocorrência, segundo a literatura, não é uniforme nos países, o quantitativo, a causa, diversifica entre diversos fatores e não há um marco inicial e preciso que inaugura esse fato. Os primeiros relatos de trabalho infantil no Brasil surgem na escravidão e se estende por aproximadamente quatro séculos. Com a Revolução Industrial na Europa a empregabilidade dos menores se tornou visível revelando um problema social em eminência. Na Inglaterra, em 1861, o censo mostrava que quase 37% dos meninos e 21% das meninas de 10 a 14 anos trabalhavam (Kassouf, 2007).

No início de 1779, manifestações de revoltas começaram a se destacar no ambiente fabril na Europa, fatos que se estenderam por anos e ganharam adeptos de prestígio, tais como Robert Owen, que apregoava a necessidade de inovações serem feitas, tais como a redução da jornada de trabalho e a abolição do trabalho infantil (Heilbroner, 1996).

A revolução industrial contribuiu com a ascendente exploração infantil, uma vez que o maquinário substituiu a necessidade do uso da força muscular do homem adulto, possibilitando ao industrial explorar a mão de obra infantil, e dessa forma reduzir a empregabilidade e o ganho mensal do indivíduo adulto, e por consequência houve uma migração dos filhos e da mulher para a indústria.

Os motivos ensejadores do trabalho infantil são diversos, Kassouf (2007) indica que: (i) a pobreza e a renda familiar está ligada à probabilidade da criança trabalhar ou não; (ii) o tamanho e a estrutura familiar, pais com uma grande prole aumenta a possibilidade de trabalho dos filhos mais velhos; (iii) a escolaridade dos pais, pais escolarizados tendem a priorizar o acesso à educação dos filhos e o seu afastamento precoce do labor; (iv) a idade em que os pais iniciaram o trabalho rentável, o ingresso prematuro dos pais no mercado de trabalho determina a época em que o menor entrará no mercado de trabalho; (v) o gênero do chefe do lar, família monoparental, que tem como líder somente a mãe, tem o início precoce dos filhos na labuta, e; (vi) o local da residência, moradia em zona rural e na periferia são mais propensas a levar a criança ao trabalho assalariado intempestivamente.

Estudo sobre os principais beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, criado pelo Governo Federal com apoio da OIT, no município de João Pessoa, evidenciou que sobressai o grupo étnico de negros, morenos e mulatos, acompanhados, em menor quantidade, de brancos e índios, na faixa etária de 10 e 13 anos, sendo principalmente meninas, frequentando o ensino fundamental II, cujo núcleo familiar era do sexo feminino, negros, morenos e mulatos, e que a maior quantidade não concluiu o ensino fundamental (Alberto *et al.*, 2016).

O fenômeno do trabalho infantil trata-se, portanto, de tema relevante sob vários aspectos. Do ponto de vista científico, o presente artigo identifica como a academia tem tratado esse tema nos últimos cinco anos. Do ponto de vista da política pública, o presente projeto pode contribuir com a discussão de quais políticas foram avaliadas pela literatura e quais lacunas são indicadas.

Considerando a relevância acadêmica e o impacto social e econômico do tema proposto, este artigo teve por objetivo analisar sistematicamente a temática trabalho infanto-juvenil no Brasil por meio de estudos avaliados por pares nos últimos cinco anos nas principais bases de artigos científicos disponíveis. Os objetivos específicos estabelecidos foram: (i) identificar artigos científicos avaliados por pares que contenham trabalho infantil ou trabalho infanto-

juvenil no título ou palavras-chaves nas bases de artigos científicos spell, scielo e periódico capes; (ii) construir uma base de dados; (iii) avaliar e discutir os resultados.

## REVISÃO DE LITERATURA

Vale ressaltar, de forma sucinta, que o trabalho infantil é prática de longa data, entretanto, torna-se notável no século XIX, e sua notoriedade negativa na Europa propaga o repúdio a esse fenômeno social. Há relatos em 1828 de crianças que viviam em condições paupérrimas que eram enviadas para as fábricas (Heilbroner, 1996).

Destaca-se no Brasil que o trabalho infantil é explorado desde sua fase como colônia de Portugal, e sua transição para o império prorroga a situação fática dos trabalhadores infantis que se sujeitam as condições miseráveis de prestação laborativa. Arquivos da época evidenciam a ocupação das crianças escravas desde cedo, dos quatro aos onze anos, todo o seu tempo paulatinamente era preenchido pelo trabalho, (Carvalho,2008), posteriormente, ao findar a escravatura no País e o advento da República houve alteração do modo de tirar proveito da mão de obra, o latifundiário, o industrial deu prosseguimento à exploração de mão de obra infantil, pois de baixo custo, fácil controle, com improvável capacidade de insurgência pelo principiante e facilmente adaptável aos interesses do empregador.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 7º a idade mínima para o trabalho com 16 anos, e excepcionou a regra para o menor aprendiz com 14 anos (BRASIL, 1988). O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8.069/90 (ECA), trouxe inovações e redefiniu a visão direcionada ao menor, trazendo para o Estado o dever de efetivar medidas que priorizam a educação infanto-juvenil, e cria possibilidade de profissionalização para o menor antes de lançá-los ao mercado de trabalho, dispõe sobre política social básica, como, por exemplo, a assistência social de caráter protetivo e preventivo.

Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com objetivo de promover a justiça social, e desde a década de 1950 essa Organização possui representatividade no Brasil e atua no apoio ao combate ao trabalho infantil, e vários outros programas que são promovidos a partir da atuação desse Órgão que não é objeto de estudo neste trabalho. Em 1959 edita-se a Declaração dos Direitos da Criança que visava à adequada formação saudável da criança. Em 1989 a Convenção dos Direitos da Criança consagra o reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana (“Organização Internacional do Trabalho”, 1919).

O século XX foi marcado por um período de transição social, na década de 20 o País passou por uma crise institucional com questionamentos sobre a República Liberal, resultado da fase crítica da crise econômica e política a qual atravessava o Brasil. Neste período inauguram várias instituições para educação, repressão e assistência a crianças (ABREU & MARTINES, 1997). Inicia uma conscientização de que o Estado tem a função de desenvolver e implementar políticas protecionistas ao menor, o alto índice de criminalidade que envolvia menores abandonados e crianças pobres revela a precariedade da estrutura então dominante.

Ao ser promulgado o Código de Menores do Brasil em 1927 o Estado assume a tutela do menor em situação de risco social, regulamenta a situação dos menores delinquentes e abandonados institucionalizados criando os Juizados e Conselhos de Assistência com enfoque multidisciplinar para proteção social desses menores.

A Carta Magna de 1988 elenca um rol não exaustivo de direitos e garantias individuais e dispõe sobre políticas sociais, e em seu artigo 227 deu ensejo a promulgação de um Estatuto que dispõe sobre a situação dos menores na sociedade atual. A edição do ECA, em 1990, trouxe para

o Estado o dever assistencial para com o menor, estabelecendo medidas preventivas e construtivas de uma sociedade sadia (BRASIL, 1988).

A convenção 138 da OIT editada em 1973 propõe idade mínima de admissão ao emprego para os Países signatários da convenção e dispõe no seu artigo primeiro que deve haver o comprometimento efetivo dos Países Membros para a abolição do trabalho de crianças, e de forma progressiva, a elevação da idade mínima de admissão ao emprego objetivando o desenvolvimento físico e mental mais completo dos menores.

A OIT criou o Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil em 1992 com intuito de suprimir gradativamente o trabalho infantil, fortificando a capacidade dos países de lidar com o problema e promover um movimento mundial para combater o trabalho infantil. O trabalho do IPEC para eliminar o trabalho infantil é uma faceta importante da **Agenda de Trabalho Decente da OIT**. Nesse mesmo ano o Programa é constituído no Brasil, suas atuações são desenvolvidas e coordenadas em sintonia com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (OIT, 2018).

Do ponto de vista empírico, verifica-se que a distribuição de renda é elemento causal, não exclusivo, do trabalho infantil, Carvalho (2008) indicou que 49,2% da população que se dedicava ao trabalho, de 5 a 17 anos, eram integrantes de família sem condição financeira adequada (25,3%) e quanto mais baixa era a renda per capita da família, mais precoce a inserção no mercado de trabalho se dava. Entre crianças na faixa etária de 5 a 9 anos 60,2% deles eram membros de família de classe baixa 17,2% ou indigentes (43,0%) (Carvalho, 2008).

Mesquita e Ramalho (2015) identificaram vários fatores determinantes para o ingresso prematuro da criança ao mercado de trabalho, como situações que favorecem esse dilema cita-se, lares chefiados somente pela genitora, o grande número de prole da família, ser o primogênito do sexo masculino numa família monoparental sustentada pela mãe, ser a criança de cor parda ou negra. Por outra perspectiva, no que diz respeito a etnia, a referida pesquisa revela a existência de um menor índice de pais de cor branca nos lares em que os menores exercem atividade laboral, e no tocante ao grau de instrução, observou-se que os ascendentes dos menores trabalhadores possuem o ensino fundamental incompleto (Mesquita e Ramalho, 2015).

Inobstante a situação econômica familiar ser a razão primordial da disposição precoce da força de trabalho do menor, associa-se à carência de um sistema de instituições e políticas sociais que efetivamente desempenham as funções de orientação, auxílio, encaminhamento, para que haja mudança de valores, percepções, direcionamentos. Muitas crianças começam a acompanhar os pais no trabalho desde cedo também pela ausência de creches públicas ou outra instituição onde há segurança e proteção para deixar os filhos e a rotina laboral se torna familiar, comum, para eles que seguem o árduo caminho da labuta antes da fase própria (Carvalho, 2008).

Situação alarmante que se destaca no Brasil, onde a população é resultado de uma miscigenação de povos, é o fato que quantitativamente crianças e adolescentes negros são as maiores vítimas do trabalho infantil nesse país. O Fórum Nacional de Política e Erradicação do Trabalho Infantil-FNPETI divulgou que 62,7% dos trabalhadores infantis enquadram-se nesse grupo étnico e ao se deslocar para o âmbito doméstico, o índice aumenta para 73,5%, sendo mais de 94% meninas trabalhadoras (FNPETI, 2017).

Marin *et al.* (2013) pesquisaram o trabalho infantil na agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul e relataram o fato de a escolarização infantil tem ligação a critérios étnicos, uma vez que crianças de pele branca estiveram mais propensas a ter acesso ao ensino e concluírem sem atraso o programa de ensino proposto se comparada com criança de pele negra

ou parda, e ainda o grau de instrução do chefe de família e a renda familiar foram determinantes que mantem a frequência de uma criança na escola (Marin *et al.*, 2013).

## MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa trata-se de pesquisa documental bibliométrica, definida como processo de análise que investiga quantitativamente variáveis da produção científica acadêmica (Araújo, 2006; Bellis, 2009). A pesquisa documental foi realizada nas três principais bases de dados de artigos científicos disponível no Brasil: (i) spell – base de artigos da área de administração pública e de empresas, contabilidade e turismo, e; (ii) scielo e periódico capes – bases com indexação de artigos compreendendo a ciência de forma mais generalista.

As palavras utilizadas com escritores no processo de pesquisa foram “trabalho infantil” e “trabalho infanto-juvenil” nos títulos e palavras-chave dos artigos no período de 2014 a 2019. Também foram critérios de inclusão artigos empíricos avaliados por pares.

Por meio das buscas nas principais bases de dados propostas seguindo os parâmetros estabelecidos foram coletados 70 artigos. Mas até chegar a esse número foi realizado buscas usando filtros para se ter mais precisão nos resultados, no periódico da Capes foi necessário filtrar mais ainda pelo fato de ter alcançado um número grande de artigos (isso ocorre porque o periódico Capes é um portal e contém inúmeras bases de dados), inclusive que não se enquadravam no que foi inicialmente proposto.

Com isso foram adicionados filtros para a busca como o de ‘tópicos’ onde foram selecionados os seguintes critérios: *Brazil, Social Sciences (General), Child Labor, Trabalho Infantil, Children, Adolescent, Violence, Poverty, Sociology & Social History, Political Science, Business, Políticas Públicas e Social Welfare & Social Work*. Ainda assim parte dos que foram encontrados foram descartados por motivos de não estarem disponíveis, estarem em outro idioma ou não ser artigos completos avaliados por pares, além desses, teses, dissertações, ensaios, resenhas de livros e outros tipos de textos foram excluídos da amostra.

Levando em conta as buscas até chegar o número de setenta artigos, ainda assim durante a análise foram constatadas mais algumas discrepâncias. Entre elas, por exemplo, artigos repetidos. Porém foram considerados e levados adiantes aqueles que em sua totalidade ainda apresentavam assunto pertinente ao tema chegando ao número de trinta e um artigos selecionados para análise.

As variáveis investigadas na pesquisa bibliométrica foram: nome do periódico; ano de publicação; política pública investigada; instituição dos autores do artigo; teoria principal utilizada; quantidade de autores por artigo; estratégia/técnica de coleta de dados (survey/questionário, pesquisa-ação, entrevista, etnografia, grupo focal, observação ou pesquisa documental); natureza da pesquisa (qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa); origem dos dados (primária ou secundária); procedimento de análise dos dados (inferencial, descritivo, análise de conteúdo, hermenêutica ou análise de discurso/narrativa;) principais variáveis; principais resultados; lacunas de pesquisa sugeridas pelos autores.

Após localizar as variáveis investigadas elas foram repassadas para uma planilha eletrônica gerando assim um banco de dados. Para a analisar os resultados encontrados foram utilizadas estatística descritiva e tabulação cruzada entre as principais variáveis. Para a computação e cálculo foi utilizada a ferramenta computacional livre *R*.

Essa seção apresenta os resultados da análise sistemática da literatura sobre a temática trabalho infantil no Brasil. A Tabela 1 apresenta a relação entre ano e quantidade de artigos avaliados por pares encontrados.

**Tabela 1:** Relação - Ano x Quantidade de artigos

Ano	Quantidade
2015	9
2014	7
2017	7
2016	4
2018	4

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que a variável “Ano” que não há um aumento linear ao longo do período analisado. É notável que a produção dos artigos analisados oscilou e não é possível verificar um padrão de publicação do tema. A Tabela 2 apresenta a política pública pesquisada e definida explicitamente no artigo.

**Tabela 2:** Relação - Política pública x Quantidade de artigos

Política Pública	Quantidade
N.A.	22
PETI	3
BOLSA FAMILIA	2
FUNDEF/FUNDEB	1
PETECA	1
PLEITEAR	1
IPEC	1

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a política pública abordada, foi verificado que boa parte dos artigos analisados não citam a mesma ou não estudam uma política pública específica, mas aspectos mais gerais do fenômeno. Isso ocorreu mesmo com a amostra atendendo aos pré-requisitos definidos no método, ou seja, mesmo pesquisando trabalho infantil, nem sempre ficou explícito determinada política pública porque o artigo não tratava de uma política específica. As políticas públicas/programas citados explicitamente foram: (i) PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); (ii) FUNDEF/FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental /Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); (iii) PETECA (Projeto de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente); (iv) PLEITEAR (Programa Emergencial de Atendimento ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social); e, (v) IPEC (Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil). A Tabela 3 a seguir, apresenta as organizações dos autores dos artigos, foram inseridos apenas organizações que tiveram pelo menos dois ou mais registros.

**Tabela 3:** Relação - Organização dos autores x Quantidade de autores

<b>Organização dos Autores</b>	<b>Quantidade de autores</b>
Universidade Estadual de Campinas	7
Universidade Federal da Paraíba	5
Universidade Federal do Amazonas	5
Fundação Oswaldo Cruz	4
Universidade de São Paulo	4
Universidade de Fortaleza	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
N.A.	2
Universidade Federal de Lavras	2
Universidade de Santa Cruz	2
Faculdade de Medicina Federal do Ceará	2
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	2
Universidade Estadual Paulista	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2
Universidade Federal de Viçosa	2
Secretaria da Educação do Estado do Ceará	2
Universidade Federal de Pelotas	2

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da Tabela 3 é possível verificar que há a predominância de universidades e institutos públicos de pesquisa na temática pesquisada, todavia, verifica-se também que há autores que participam de outras organizações públicas, como por exemplo, secretarias municipais e hospitais. Destacam-se a Universidade Estadual de Campinas, com sete autores publicando artigos com essa temática e a Fundação Oswaldo Cruz, com quatro autores. É visível a variedade de instituições que tiveram trabalhos publicados relacionados ao tema. Além de mostrar a quantidade de autores ligados a essas instituições que contribuíram para a construção de obras abordando essa temática. A Tabela 4 informa a quantidade de autores por artigo publicado.

**Tabela 4:** Relação - Quantidade de autores x Quantidade de artigos

<b>Quantidade de autores</b>	<b>Quantidade de artigos</b>
2	14
1	8

3	4
5	3
4	1
6	1

Fonte: Dados da pesquisa

A questão de autores por artigo varia muito entre as áreas, enquanto que na física ou na saúde é comum encontrar toda a equipe de projetos de pesquisa serem inseridos como autores, em áreas como a administração há restrição e normalmente não são bem vistos trabalhos com mais de quatro ou cinco autores. Esse resultado indica que a maioria dos artigos tiveram um ou dois autores e que não é comum a publicação com 4 ou mais autores nessa temática. A Tabela 5 apresenta a principais técnicas de coleta de dados usados no artigo.

**Tabela 5:** Relação - Coleta de dados x Quantidade de artigos

<b>Coleta de dados</b>	<b>Quantidade</b>
Pesquisa documental	20
Entrevista	10
Observação	3
Questionário	2

Fonte: Dados da pesquisa

Alguns artigos usaram mais de uma técnica de coleta de dados, portanto, a quantidade foi maior do que o número de artigos analisados. As principais técnicas de coleta de dados da amostra foram pesquisa documental e entrevistas, percebe-se pouco uso de observações e questionários, dentre outras técnicas não usadas, como por exemplo, grupos focais. A Tabela 6 apresenta a natureza/abordagem da pesquisa da amostra.

**Tabela 6:** Relação - Natureza da pesquisa x Quantidade de artigos

<b>Natureza da pesquisa</b>	<b>Quantidade</b>
Qualitativa	16
Qualitativa e quantitativa	12
Quantitativa	3

Fonte: Dados da pesquisa

A natureza da pesquisa diz muito com relação a forma com que os dados são expostos e interpretados dentro do artigo. Percebe-se pelas análises que a maioria tende a ser ou parcial, ou integralmente qualitativa. Dos estudos simultaneamente qualitativos e quantitativos, a parte quantitativa em sua maioria usou análise descritiva, poucos estudos usaram estatística inferencial. A Tabela 7 apresenta a principal fonte de dados da amostra.

**Tabela 7:** Relação - Origem dos dados x Quantidade de artigos

<b>Origem dos Dados</b>	<b>Quantidade</b>
Secundaria	19
Primaria e Secundaria	9
Primaria	3

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a origem ou fonte dos dados, os resultados apontam que grande parte dos dados foram colhidos por meio de alguma fonte secundária, ou seja, em estatísticas e dados de políticas públicas que já foram colhidas normalmente através de outras pesquisas e estão disponíveis em banco de dados públicos. Mas há também estudos que coletaram dados em fontes primárias, principalmente, conforme apresentados anteriormente, por meio de entrevistas com os sujeitos pesquisados. A Tabela 8 indica o principal procedimento de análise de dados usado pelo artigo.

**Tabela 8:** Relação - Principal procedimento de análise de dados x Quantidade de artigos

<b>Principal método</b>	<b>Quantidade</b>
Análise descritiva	16
Inferencial	5
Análise do discurso	4
Análise do conteúdo	2
Método clínico-crítico piagetiano	1

Fonte: Dados da pesquisa

Após os dados serem coletados são interpretados, a Tabela 8 mostra as variadas formas que ocorreram essas interpretações e a relação desses métodos quanto a quantidade de artigos. E pelo fato de terem mais de uma forma de se coletar dados ocorre de também ter mais de uma forma de interpretar esses dados e o mais utilizado foi a análise descritiva seguida pela análise inferencial.

Em relação aos principais resultados dos artigos, nota-se principalmente não só a evidência do trabalho infantil em situações que a família passa por uma condição de vulnerabilidade social e financeira, como também as consequências que isso pode acarretar para a criança futuramente. Foi observado a necessidade de investimento não apenas nos planos de assistência social, mas também de políticas educacionais, pois existe a possibilidade de não conseguirem sozinhas realizar essa erradicação do trabalho infantil, dentre outras questões como a pobreza, a educação é essencial na construção e transformação do indivíduo autônomo e intelectualmente capaz (Alberto & Yamamoto, 2017).

Para Freitas *et al.* (2017) apesar do trabalho infantil ter tido queda nos últimos anos, ainda há muitas crianças inseridas em atividades laborais, com isso se torna necessária a formulação de políticas públicas que possa garantir a permanência das crianças na escola, proporcionando a elas ganho de capital humano gerando maior probabilidade de ter um futuro melhor.

Projetos como o bolsa família auxiliam essas famílias complementando a renda, trazendo a elas a possibilidade de se inserirem em situações antes não possíveis, fazendo com que as crianças busquem priorizar a escola em suas vidas, e não necessitem de deixar os estudos para contribuir com a renda para a manutenção, mesmo o projeto tendo suas falhas para muitas famílias ele é considerado de grande validade. Além disso a criança ou adolescente que deixar de frequentar a escola seria um descumprimento do PBF, pois é condição necessária a frequência escolar dos rebentos pertencentes às famílias beneficiárias da assistência (Santos *et al.*, 2014).

Percebe-se a importância de políticas públicas voltadas para essa causa, como por exemplo o PETI. O qual além de objetivar a erradicação do trabalho infantil, também retira as crianças e adolescentes das ruas fazendo com que saiam da situação de risco, nisso é sugerido a união das

políticas públicas, para que atuem em conjunto na solução da erradicação do trabalho infantil (Alberto *et al.* 2016).

Em outro aspecto também foi mencionado a reforma educacional que busca capacitar esses adolescente e jovens para que saiam da escola com uma bagagem maior de ensino e aprendizagem, qualificados para o mercado de trabalho. Podendo acessar por meio da educação oportunidades que antes não seriam possíveis. A Tabela 9 apresenta as principais lacunas de pesquisa indicadas nos artigos.

**Tabela 9:** Relação - Lacunas x Quantidade de artigos

<b>Lacunas relacionadas à</b>	<b>Quantidade de autores</b>
Necessidade de mais pesquisa	6
Capacitações dos profissionais que estão à frente dos projetos/políticas públicas	5
Avaliação da eficácia de programas sociais com transferência de renda no Brasil aplicando metodologias ainda não empregadas	5
Uso de recorte temporal longitudinal	4
Efeitos do trabalho infantil diferenciando área urbana e rural	3
Desenvolvimento infantil durante a primeira infância	3
Reforma educacional	3
Relação entre trabalho infantil e saúde pública	2
Pesquisa continuada sobre o PBF	2
Crianças que estão fora do sistema	2
Soluções práticas	2
Inserção de aspectos culturais	2
Relação entre trabalho infantil e violência	2
Ampliar a pesquisa para vários níveis sócioeconômicos	2

Fonte: Dados da pesquisa

As principais lacunas explicitadas nos artigos, a qual foi relatada na tabela 9, representam sugestões para estudos futuros sugeridos pelos autores, vislumbra-se, portanto, como oportunidades e pontos que carecem de aprofundamento nessa temática. Tais lacunas indicam onde carece de aprofundamento sobre o tema trabalho infantil sob perspectivas distintas, pois o

enfoque dos trabalhos selecionados são bastante diferente, apesar de trabalharem acerca do mesmo tema.

Quanto aos periódicos onde foram publicados os artigos selecionados, foi encontrado apenas um periódico com mais de um artigo, o periódico Caderno RH, os resultados dessa amostra indicam que não há uma revista específica ou preferencial com essa temática.

## CONCLUSÃO

O presente ensaio teve por objetivo descrever o trabalho infanto-juvenil, com ênfase na situação brasileira, revelando os diversos fatores centrais desse dilema e a principal política pública criada no Brasil, o PETI.

Portanto, por meio do ensaio afirma-se que o trabalho infantil no Brasil é consequência de diversos fatores, discriminação racial, educação, renda, dentre outros. Os resultados indicam que houve um avanço em relação às práticas governamentais para a eliminação da exploração infantil na atividade econômica, da década de 90 em diante, entretanto, não suficiente para erradicar o trabalho infantil no país, o PETI inicialmente voltado para a situação dos menores trabalhadores nas carvoarias em Mato Grosso do Sul, logo foi estendido para atender situações de trabalho infantil em outros estados da Federação.

O PETI destina-se a atender menores de dezesseis anos, salvo o aprendiz a partir de quatorze, que estão inseridos no mercado de trabalho, por meio do serviço de assistência social e inclui-los em programas voltados à aprendizagem, cultura, esporte, lazer. Embora o notável avanço da situação das crianças em condição de vulnerabilidade social, necessário se faz a efetivação de políticas públicas que atenuam a desigualdade social, que fomentem emprego e renda para a população, independente do gênero e etnia, com foco nos chefes de família, pois muitas vezes o que provoca essa ida da criança para o trabalho tão cedo deixando assim até mesmo a escola é a necessidade de complementar a renda familiar.

A principal limitação do presente estudo é a amostragem em apenas estudos com o contexto brasileiro. Para estudos futuros sobre o tema, sugere-se ampliar a amostra para artigos em outros contextos, além disso, o texto identificou as lacunas apresentadas pela literatura e que também podem servir de apoio para os interessados no tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_. **Ação estratégica do programa de erradicação do trabalho infantil.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_. **A história do pensamento econômico.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

ALBERTO, M. DE F. P. *et al.* Programa de erradicação do trabalho infantil: Concepções de educandos e famílias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 458–470, 2016.

ALBERTO, M. DE F. P.; YAMAMOTO, O. H. Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 1677-1691, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.313**, 1891. Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>>

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988** Brasil, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

CARVALHO, I. M. M. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 551–569, 2008.

FREITAS, C. O. DE. *et al.* Impacto do trabalho infantil no rendimento do indivíduo adulto no mercado de trabalho formal brasileiro. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 3, p. 281-291, 2017.

FNPETI. **Fórum nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil**. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/1826-negros-sao-maioria-no-trabalho-infantil.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, v. 17, n. 2, p. 323–350, 2007.

MARIN, J. O. B. *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: O caso da produção de trabalho em Agudo-RS. **RESR**, v. 50, n. 4, p. 763–786, 2013.

MESQUITA, S. P. DE; RAMALHO, H. M. DE B. Trabalho infantil no Brasil urbano: Qual a importância da estrutura familiar? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 1, p. 97–134, 2015.

MDS. **Programa de erradicação do trabalho infantil - PETI**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SANTOS, M. C. M. DOS, *et al.* A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 6, p. 1381-1405, 2014.